



Simulado Especial

TRT 10

Técnico Judiciário - Área Administrativa

Agente de Polícia Judicial

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRT-10 (Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial do TRT-10**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/7GMQnLGeateqT6U6A>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/gS6C>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

No âmbito do processo do trabalho, o Agravo de Petição é o recurso cabível para impugnar decisões definitivas ou terminativas proferidas na fase de execução pelo juiz ou presidente do tribunal. Regulamentado pelo art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deve ser interposto no prazo de oito dias, prorrogável caso o vencimento ocorra em dia não útil. Já Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública e Fazenda Pública possuem prazo em dobro para recorrer.

Apesar de ambos previstos no artigo 897 da CLT, o Agravo de Petição e o Agravo de Instrumento possuem finalidades distintas. O primeiro é voltado à fase de execução, enquanto o segundo é utilizado para destrancar recursos denegados por despachos judiciais.

O Agravo de Petição pode ser interposto em diversas situações, como:

Sentença de embargos à execução, adjudicação ou arrematação;

Decisões em ações de Embargos de Terceiros;

Extinção da execução ou incidentes processuais na fase executória.

Para ser aceito, o recurso precisa atender a pressupostos recursais, como tempestividade, legitimidade, interesse e ausência de fatores impeditivos. Diferentemente de outros recursos, não exige o pagamento de custas antecipadas, sendo essa cobrança feita ao final da execução.

Outro ponto essencial é a delimitação da matéria, ou seja, o agravante deve especificar, de forma fundamentada, os aspectos e valores impugnados. Esse requisito evita a paralisação da execução quanto às partes não contestadas, conforme preceitua a Súmula 416 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A competência para julgar o Agravo de Petição varia conforme a origem da decisão recorrida. Se esta for proferida por um juiz do trabalho ou juiz de Direito, o julgamento caberá a uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Já quando a decisão parte do

presidente do tribunal, cabe ao próprio tribunal a análise do recurso.

Por fim, o Agravo de Petição possui apenas efeito devolutivo, permitindo a continuidade da execução para os pontos não impugnados, garantindo maior celeridade ao trâmite processual.

- 01.** De acordo com o texto, o Agravo de Petição é um recurso da execução trabalhista para contestar decisões finais, exigindo tempestividade e delimitação da matéria.
- 02.** Conforme as ideias do texto, o Agravo de Petição obsta a revisão de decisões na execução trabalhista sem interromper a parte não contestada do processo.
- 03.** No primeiro período do primeiro parágrafo, o conectivo 'para' introduz oração com valor de finalidade.
- 04.** No trecho a seguir, presente no segundo parágrafo, 'O primeiro é voltado à fase de execução, enquanto o segundo é utilizado para destrancar recursos denegados por despachos judiciais.', há dois pronomes com função de estabelecer coesão anafórica.
- 05.** No início do quarto parágrafo, a preposição 'a', antes de 'pressupostos', poderia ser suprimida sem prejuízo para a correção.
- 06.** No último período do quarto parágrafo, ocorre voz passiva analítica.
- 07.** No primeiro período do quinto parágrafo, as vírgulas foram empregadas de acordo com a mesma razão gramatical.

08. No final do quinto parágrafo, o conectivo 'conforme' poderia ser substituído corretamente, com manutenção do sentido, por 'consoante'.

09. No segundo período do sexto parágrafo, o pronome 'esta' retoma o substantivo 'origem'.

10. No final do penúltimo parágrafo, o termo 'a análise do recurso' exerce a função de objeto direto.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO

Paulo Sousa

11. Os Tratados e Convenções internacionais ratificados pelo Brasil na forma estabelecida na Constituição, sejam com status de Emenda Constitucional, sejam com eficácia supralegal, são considerados fontes do Direito.

12. O ato jurídico perfeito é aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que tenha sido efetuado.

13. Quanto à amplitude, as normas podem ser gerais, especiais, excepcionais ou singulares.

14. Quanto a interpretação da norma jurídica, podemos afirmar que a interpretação sistemática busca restringir o alcance da norma, de modo a não extrapolar os limites geralmente considerados da norma.

15. A Lei X entrar em vigor em todo o país, sem exceção, 45 dias depois de oficialmente publicada, se não houver previsão de *vacatio legis* diversa.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

16. A norma que prevê a participação do trabalhador nos lucros ou resultados da empresa, de forma desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, a participação na gestão da empresa, conforme definido em lei, tem eficácia contida.

17. "A República Federativa do Brasil é uma autoridade que não pode ser limitada por nenhum outro poder, salvo, naturalmente, as restrições que decorrem dos imperativos de convivência pacífica dos Estados soberanos no plano do direito internacional." O referido conceito reflete o pluralismo político, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

18. É proibido pagar a um servidor público uma remuneração inferior ao salário mínimo, mesmo que ele trabalhe em uma jornada reduzida.

19. Aos portugueses com residência permanente no País há mais de 15 anos, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

20. O Tribunal de Contas da União será integrado por nove Ministros, entre os quais dois terços serão indicados pelo Presidente da República.

21. Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

22. Compete privativamente ao Presidente da República manter relações com Estados estrangeiros e exonerar seus representantes diplomáticos.

- 23.** É competência privativa do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- 24.** A matéria relativa à organização e ao funcionamento dos órgãos jurisdicionais e administrativos está submetida à disciplina exclusiva da lei.
- 25.** O Ministério Público detém autonomia funcional e administrativa, e pode propor ao Poder Legislativo: a criação e a extinção de cargos, a sua política remuneratória, os seus planos de carreira, bem como escolher o procurador-geral da República

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

- 26.** Acerca dos atos administrativos, julgue o item subsecutivo.
- Paola, advogada representante de uma entidade governamental regional, foi solicitada por um dos gestores da instituição a emitir uma opinião sobre a viabilidade da formalização de um contrato no âmbito de apoio à indústria criativa.
- Conforme a doutrina do Direito Administrativo, que trata da classificação dos atos administrativos com base em seus efeitos, o parecer elaborado por Paola é caracterizado como um ato administrativo enunciativo, pois expressa um julgamento de valor, mas sua eficácia depende da adoção de outros atos decisórios.

- 27.** Com base na Lei de Improbidade Administrativa – nº 8.429/1992 – julgue o item subsecutivo.

Vanessa, governadora de um determinado Estado, pertence a uma família influente ligada a uma grande construtora privada, que há mais de cinco décadas mantém diversas parcerias com o Estado.

Durante seu segundo mandato, surgiram indícios de que Vanessa teria praticado atos de improbidade administrativa relacionados a licitações fraudulentas em projetos distribuídos por toda a região. Diante dessas suspeitas, o cidadão Pedro apresentou uma denúncia contra a governadora junto ao Ministério Público do Estado.

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92), é proibida a decretação de indisponibilidade do bem de família de Vanessa, a não ser que seja comprovado que o imóvel adquirido é fruto de vantagem patrimonial indevida.

- 28.** Em matéria de Controle da Administração Pública, julgue o item subsecutivo.

As empresas públicas estão sujeitas ao controle externo do Poder Executivo ao qual estão vinculadas, mas não ao controle dos Poderes Legislativo ou Judiciário, em razão do princípio da separação dos poderes.

- 29.** Em tema de poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

O vínculo que coordena e subordina os órgãos da Administração Pública entre si, estabelecendo a graduação da autoridade de cada um, é denominado pela doutrina como poder hierárquico.

- 30.** Considerando a responsabilidade civil do Estado, julgue o item seguinte.

A responsabilidade civil do Estado deve ser afastada em situações inevitáveis, ou seja, em casos de fortuito ou força maior, cujos efeitos não possam ser atenuados.

31. Com base na Lei de Licitações – nº 14.133/2021 – julgue o item subsecutivo.

A Prefeitura Y, por meio de um processo licitatório, firmou contrato com a companhia privada X para a construção de uma ponte. No entanto, a empresa privada realizou alterações no valor inicialmente previsto para o projeto de engenharia, gerando um desequilíbrio econômico-financeiro no contrato em seu benefício.

Segundo a Lei n.º 14.133/2021, o dano causado ao patrimônio do Município Y pode ser chamado de sobrepreço.

32. Em relação às características das entidades da Administração Pública Indireta, julgue o item subsecutivo.

As Fundações Públicas de Direito Público dispõem de imunidade tributária e possuem o seu regime de pessoal celetista.

33. Com base na Lei de Processo Administrativo – nº 9.784/1999 – julgue o item subsecutivo.

É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o segundo grau.

34. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - nº 13.709/2018 - julgue o seguinte item.

A LGPD estabelece princípios de boa-fé que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, incluindo o princípio da transparência, que assegura ao titular o direito de consulta facilitada e gratuita sobre a integralidade de seus dados pessoais.

35. Com base na Lei de Acesso à Informação - nº 12.527/2011 - julgue o seguinte item.

As informações que possam representar uma ameaça à segurança do Presidente da República, de seu cônjuge, filhos e parentes de primeiro grau serão classificadas como secretas, mantendo-se em sigilo até o término do mandato em curso ou, em caso de reeleição, até o fim do último mandato.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

36. Em relação ao controle de convencionalidade e à interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, julgue o item seguinte.

Suponha que um Estado adote a decisão internacional exarada em processo internacional de direitos humanos do qual foi réu. Nesse caso, estamos diante de um controle compulsório de convencionalidade.

37. A Emenda Constitucional 45/04 inseriu no texto constitucional a possibilidade de propositura do Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. Considerando o entendimento do STF sobre o assunto, julgue o item subsequente:

A criação do incidente de deslocamento agride o princípio do juiz natural.

38. Julgue o item a seguir, referente aos sistemas de proteção dos direitos humanos e à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Segundo a DUDH, todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

39. Considerando a Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), julgue o item a seguir.

O Comitê Gestor Nacional do programa de equidade, de raça e diversidade reunir-se-á semestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa

40. Determinado Tratado Internacional de Direitos Humanos fora aprovado, em 2025, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por quatro quintos dos votos dos respectivos membros. Sobre o caso narrado, julgue o item subsequente.

Em virtude do quórum alcançado, o referido tratado será equivalente à lei ordinária.

NOÇÕES DE GOVERNANÇA PÚBLICA

Elisabete Moreira

Acerca da gestão de resultados e da governança pública, avalie os itens a seguir.

41. Na gestão de resultados, a avaliação da efetividade na administração pública, realizada com base em indicadores e metas previamente definidos, deve expressar o atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade, a exemplo do aumento na relação leito/pacientes atendidos nos hospitais públicos.

42. As estruturas de governança pública envolvem instâncias internas responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho, como a liderança executiva e/ou o conselho de administração.

Julgue os itens seguintes acerca de aspectos do processo organizacional, gestão estratégica e estruturas organizacionais.

43. Tomando por base um intervalo de tempo definido, o processo de direção envolve interferir na realidade das organizações, para movê-las de uma situação conhecida para uma situação desejada.

44. A gestão estratégica envolve a análise de aspectos do macroambiente das organizações, a exemplo dos fatores tecnológicos, que podem produzir mudanças que impactem no custo de produção e na capacidade de investimentos.

45. As organizações formais modernas, num ambiente de constante mudança, devem ser capazes de se adequar rapidamente às necessidades de mercado, adotando sempre estruturas especializadas adaptativas, para atender às novas expectativas dos clientes.

Julgue os itens seguintes acerca de aspectos da gestão de processos, da gestão da excelência e da gestão de projetos.

46. A modelagem de processos de negócio realiza um conjunto de atividades envolvidas na criação de representações de um processo de negócio existente ou proposto, podendo promover uma perspectiva ponta a ponta ou uma porção dos processos primários, de suporte ou de gerenciamento.

47. Para realizar projetos é necessário concentrar esforços nas partes menores, que tenham entregas alcançáveis, cujos prazos possam ser cumpridos, relacionando entregas micro e macroentregas.

48. A técnica Kanban pode ser considerada um exemplo de metodologia ágil, utilizada por uma equipe de gestão de projetos, que permite identificar e mensurar objetivos específicos, alcançáveis, relevantes e temporais.

Julgue os itens seguintes acerca das teorias da administração e da estratégia do Poder Judiciário.

49. A teoria da administração científica contribuiu com o estudo de tempos e movimentos e estabeleceu um sistema de controle, baseado no princípio da exceção.

50. A Resolução CNJ nº 325/2020, que trata da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, contempla propostas orçamentárias dos tribunais e dos conselhos de justiça alinhadas aos seus respectivos planos estratégicos e aos orçamentos, mesmo que não haja garantia dos recursos à sua execução.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

51. A respeito da aplicação da lei penal, o dia do começo não se inclui no cômputo do prazo, e os dias, meses e anos devem ser contados pelo calendário comum.

52. Julgue o item a seguir à luz da aplicação da lei penal.

Será aplicada a lei penal brasileira ao autor de crime que pratica o fato a bordo de aeronave que esteja a serviço do Brasil, mesmo que no exterior. Isso se dá em razão da extraterritorialidade incondicionada.

53. Acerca da aplicação da lei penal, julgue os itens que se seguem.

As leis excepcionais ou temporárias são leis que não respeitam a regra prevista no art. 2º do Código Penal; ou seja, o princípio da retroatividade benéfica.

54. Em relação ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da atividade, em que se considera praticado o crime onde ocorreu a conduta criminosa.

55. Julgue o item a seguir à luz dos crimes contra a pessoa.

Se não houver outro meio de salvar a vida gestante, o Código Penal brasileiro permite a interrupção da gravidez. Afastando-se, assim, a culpabilidade.

56. Acerca do estelionato, julgue o item a seguir.

Em relação à fraude eletrônica, considerada a relevância do resultado gravoso, aumenta-se a pena de 1/3 a 2/3 se o crime é praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional.

57. Com base na situação hipotética, julgue o item a seguir.

O agente que falsifica cartão de crédito emanado de banco particular responderá pelo crime de falsificação de documento particular.

58. De acordo com os crimes contra a fé pública, comete o crime de falsificação de documento público o agente que altera certidão emanada de entidade paraestatal.

59. Julgue o item a seguir à luz dos crimes contra a administração pública.

Aquele que deixa de praticar ato de ofício em razão de pedido de terceiro comete o crime de prevaricação.

60. A respeito dos crimes contra a Administração Pública, julgue os itens a seguir.

Aquele que provoca ação de autoridade, dando causa a instauração de investigação contra alguém, imputando-lhe ato ímprobo de que o sabe inocente, responde pelo delito de denúncia caluniosa.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

Texto-base para os itens 61 a 65:

Situação hipotética: Guilherme, Agente de Polícia Judicial, foi acionado pelo Diretor de Secretaria de uma das Varas do Trabalho localizadas no Fórum, pois um empregador, revoltado com a decisão desfavorável no processo trabalhista movido contra sua empresa, estava agredindo o técnico judiciário que o estava atendendo no balcão. Ao chegar ao local, Guilherme, então, imobilizou o agressor e deu voz de prisão em flagrante, conduzindo-o à presença da autoridade policial.

Atento ao caso narrado, julgue os itens a seguir:

61. Assertiva: no caso em tela, houve flagrante próprio.

62. Assertiva: A autoridade policial ouvirá primeiramente o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a ele cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, ouvirá as testemunhas e, por fim, interrogará o preso.

63. Assertiva: A audiência de custódia deverá ser realizada em até 24h a contar da prisão em flagrante, sendo vedado o uso de videoconferência para tanto, conforme entendimento do STF.

64. Assertiva: se o preso se recusar a assinar o auto de prisão em flagrante, o auto será assinado por três testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.

65. Assertiva: caso a infração tenha deixado vestígios materiais, o exame de corpo de delito não poderá ser dispensado pela autoridade policial, ainda que o preso confesse a prática do crime em sede policial.

66. Acerca do exame de delito, das perícias em geral e da cadeia de custódia, julgue o item a seguir:

Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra agentes públicos em serviço.

67. Acerca do exame de delito, das perícias em geral e da cadeia de custódia, julgue o item a seguir:

O agente público que reconhecer um elemento como sendo de potencial interesse para a produção da prova pericial deverá realizar a imediata coleta e apreensão do elemento.

68. Acerca do exame de delito, das perícias em geral e da cadeia de custódia, julgue o item a seguir:

Por se tratar de prova técnica, o Juiz ficará adstrito ao laudo, não podendo rejeitá-lo, de forma que as conclusões contidas no laudo pericial vinculam o Juiz.

69. Acerca do exame de delito, das perícias em geral e da cadeia de custódia, julgue o item a seguir:

Na cadeia de custódia da prova, denomina-se “reconhecimento” a etapa que corresponde à descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento.

70. Acerca do exame de delito, das perícias em geral e da cadeia de custódia, julgue o item a seguir:

O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

Alexandre Herculano

71. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas referente a Segurança de Dignitários.

Na formação da equipe de segurança de dignitários, o agente precursor é dispensável quando a equipe já conhece o local do evento que a autoridade irá participar.

72. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas referente a Segurança de Dignitários.

Em uma cápsula de segurança, o agente que ocupa a posição "07 horas" deve manter-se sempre nesta posição, independentemente da movimentação do dignitário.

73. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas referente a Segurança de Dignitários.

No princípio da surpresa em segurança de dignitários, é correto manter sempre o mesmo horário e itinerário para dificultar o planejamento de possíveis ameaças.

74. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas referente a Segurança de Dignitários.

Na segurança de autoridade isolada, quando há apenas um agente, este deve posicionar-se sempre à frente do dignitário para visualizar possíveis ameaças.

75. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas referente a Segurança de Dignitários.

Durante os deslocamentos veiculares, a utilização de comboio com vários veículos idênticos sempre aumenta a segurança do dignitário.

76. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas referente a Segurança de Dignitários.

Em uma escolta motorizada, o veículo líder deve ser o mais blindado e transportar o dignitário, pois é o primeiro a enfrentar possíveis ameaças.

77. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas referente a Segurança de Dignitários.

A análise de vulnerabilidades deve focar exclusivamente nos aspectos físicos dos locais por onde o dignitário irá passar.

78. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas referente a Segurança de Dignitários.

O princípio da discrição estabelece que quanto menos pessoas souberem dos deslocamentos e agenda do dignitário, maior será sua segurança.

SEGURANÇA ORGÂNICA

Alexandre Herculano

Julgue os itens abaixo com base na Segurança Orgânica e no Planejamento de Segurança Institucional.

79. Na segurança orgânica, o princípio da compartimentação implica que todos os funcionários devem ter acesso irrestrito a todas as informações da empresa para garantir a transparência e eficiência operacional.

- 80.** O conceito de "defesa em profundidade" na segurança orgânica refere-se exclusivamente à implementação de múltiplas camadas de segurança física, como muros, cercas e sistemas de controle de acesso.
- 81.** Na segurança corporativa estratégica, a análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) é irrelevante, pois foca apenas em aspectos internos da organização, ignorando as ameaças externas críticas para o planejamento de segurança.
- 82.** O princípio da redundância em segurança orgânica sugere que sistemas e procedimentos de segurança devem ser duplicados exatamente da mesma forma em diferentes níveis da organização para garantir a uniformidade.
- 83.** O fundamento da "segurança por obscuridade" é considerado uma prática altamente recomendada e eficaz na segurança orgânica moderna, pois baseia-se na ideia de que quanto menos pessoas conhecerem os detalhes dos sistemas de segurança, mais seguros eles serão.
- 84.** Na segurança corporativa estratégica, o conceito de "resiliência organizacional" foca exclusivamente na capacidade da empresa de resistir a ataques cibernéticos, negligenciando outros tipos de ameaças e desafios.
- 85.** O fogo é uma reação química que requer calor, combustível e oxigênio, sendo conhecido como triângulo do fogo.
- Julgue os itens abaixo com base na Segurança de Áreas e Instalações.**
- 86.** No planejamento de contingências, o manejo de emergência e o gerenciamento de crises são fases idênticas e intercambiáveis do processo de resposta a incidentes.
- 87.** A identificação de vulnerabilidades em segurança orgânica deve focar exclusivamente em falhas técnicas e físicas, desconsiderando fatores humanos e procedimentais.
- 88.** Na segurança corporativa estratégica, a implementação de medidas de segurança deve ser uniforme em todas as áreas e departamentos da organização, independentemente do nível de risco ou sensibilidade das informações tratadas.
- 89.** Os sistemas de controle de acesso em segurança orgânica são eficazes por si só e não necessitam de integração com outros elementos de segurança, como treinamento de pessoal ou políticas de segurança.
- 90.** Na identificação de ameaças em segurança orgânica, as ameaças internas (como funcionários insatisfeitos ou infiltrados) são geralmente menos críticas e mais fáceis de detectar do que ameaças externas.
- 91.** O CFTV (Circuito Fechado de Televisão) em segurança orgânica serve como ferramenta de monitoramento passivo e tem utilidade na prevenção ativa de incidentes de segurança.
- 92.** No planejamento de contingências em segurança orgânica, a elaboração de cenários não se deve limitar a eventos altamente prováveis para garantir a praticidade e viabilidade do plano.

GESTÃO DE CONTRATOS

Herbert Almeida

Acerca das definições trazidas pela Lei nº 14.133/2021, julgue o item a seguir.

93. O estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

94. O projeto básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, sendo elaborado pela administração nos casos de contratação integrada.

95. A tomada de preços, modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, que tem como critério de julgamento a melhor técnica ou conteúdo artístico, poderá ser utilizada em substituição à concorrência quando o objetivo possuir características subjetivas.

O Ministério Alfa decidiu contratar diretamente, por inexigibilidade de licitação, uma consultoria especializada para a elaboração de estudos técnicos sobre a viabilidade de um novo sistema de transporte público. Durante a instrução do processo de contratação direta, foram reunidos diversos documentos, como a justificativa de preço, o parecer jurídico e a comprovação de que a empresa contratada possuía a qualificação técnica necessária. No entanto, não foi realizada uma estimativa formal de despesa antes da celebração do contrato.

Após a assinatura do contrato, verificou-se que um servidor público envolvido na contratação favoreceu a empresa escolhida, combinando previamente os valores do contrato em prejuízo à administração. Como

consequência, foi instaurado um processo para apuração de responsabilidade dos envolvidos.

Acerca da situação hipotética acima, com base nas previsões da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir,

96. A ausência da estimativa formal de despesa no processo de contratação direta caracteriza uma irregularidade, pois esse documento é obrigatório para instrução do procedimento.

97. Caso seja comprovado que o servidor público agiu com dolo ao favorecer a empresa contratada na celebração do contrato, ele e a empresa responderão solidariamente pelo dano causado ao erário.

98. O ato que autoriza a contratação direta não precisa ser divulgado ao público, pois a Lei 14.133/2021 apenas exige a publicidade dos contratos administrativos decorrentes de processos licitatórios.

Acerca dos procedimentos auxiliares à licitação, previstos na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

99. O credenciamento pode ser utilizado pela administração pública quando houver a necessidade de contratações simultâneas e não excludentes, desde que sejam estabelecidas condições padronizadas para todos os interessados.

100. A administração pública pode utilizar a pré-qualificação para selecionar previamente tanto licitantes que atendam aos requisitos de habilitação para futuras licitações quanto bens que preencham exigências técnicas ou de qualidade.

101. A pré-qualificação terá validade por tempo indeterminado, podendo ser utilizada em qualquer futura licitação sem a necessidade de revalidação dos documentos apresentados.

O Ministério da Saúde celebrou um contrato para a construção de um hospital de grande porte. O edital previa a exigência de garantia contratual na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, fixada em 30% do valor inicial do contrato, devido à complexidade técnica da obra. Em outro contrato firmado pelo mesmo órgão para o fornecimento contínuo de medicamentos por um período de dois anos, foi exigida garantia contratual equivalente a 5% do valor anual do contrato.

Acerca da situação hipotética e com base na previsão da Lei de Licitações sobre as garantias contratuais, julgue os itens a seguir.

102. Se a obra for de grande vulto, foi lícita a exigência de seguro-garantia, com cláusula de retomada, no percentual de 30% do valor inicial do contrato.

103. A exigência de garantia, no contrato de fornecimento contínuo de medicamentos, deveria ter sido calculada sobre o valor total do contrato de dois anos, e não sobre o valor anual do ajuste.

Acerca da regulamentação dos convênios e instrumentos congêneres (Decreto nº 11.531/2023), julgue os itens a seguir.

104. É vedada a celebração de convênios com as entidades privadas sem fins lucrativos constituídas como serviços sociais autônomos.

105. O convênio ou o contrato de repasse poderá ser alterado mediante proposta de qualquer das partes, desde que apresentada com no mínimo sessenta dias de antecedência em relação ao término da vigência dos instrumentos, exceto se houver motivação para atendimento da solicitação em prazo inferior.

Acerca do sistema de registro de preços – SRP e sua regulamentação pelo Decreto nº 11.462/2023, julgue o item a seguir.

106. O procedimento para registro de preços será realizado no SRP digital, vedado o registro sem indicação do total a ser adquirido.

LEGISLAÇÃO RELACIONADA

Antônio Pequeno

107. De acordo com a Lei Nº 9,099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), a transação penal pode ser aplicada para qualquer crime independente da pena.

108. Dentre outros requisitos, de acordo com a Lei Nº 9,099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais) poderá ser aplicada à suspensão condicional do processo nos crimes cuja pena mínima seja igual ou inferior a dois anos.

Em relação aos crimes de abuso de autoridade, julgue os itens **109 a 110**

109. A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública condicionada à representação.

110. A perda do cargo público e a inabilitação temporária para o exercício de função pública são efeitos automáticos da condenação.

111. Julgue o item abaixo:

De acordo com a Lei nº 7716/1989 constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.

Julgue os itens de **112 a 113** com base na Resolução nº 344/2020 e suas alterações, do Conselho Nacional de Justiça - regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.

112. Aos agentes e inspetores da polícia judicial serão disponibilizados equipamentos compatíveis com o grau de risco do exercício de suas funções.

113. Os servidores da polícia judicial usarão uniformes do tipo operacional, traje social e de instrução padronizados, bem como brasão de identificação específico, definidos em ato próprio.

114. Julgue o item abaixo com base na Resolução nº 383/2021 (que dispõe sobre o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e outras providências).

O SInSIPJ atuará prioritariamente para a análise permanente e sistemática de situações de interesse da segurança institucional, a fim de propor medidas para garantir o pleno exercício das funções do órgão; a avaliação de riscos, para subsidiar o planejamento e a implementação de medidas para segurança do órgão; a identificação de vulnerabilidades e ameaças que afetem a segurança dos magistrados e, potencialmente, o livre exercício da magistratura; e a realização de estudos de inteligência sobre cenários criminais que produzam ameaças reais ou potenciais aos ativos ou que possam afetar a independência e autonomia do Poder Judiciário.

À luz do Estatuto da Pessoa Idosa, julgue os itens de 115 a 116

115. A prioridade do trâmite de processo judicial para pessoas idosas limita-se às situações em que esses indivíduos figurem como parte no processo.

116. São asseguradas a prioridade e a segurança da pessoa idosa nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo.

À luz da Resolução Nº 435, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, julgue os itens de **117 a 119**

117. O SINASPJ é coordenado pelo seu comitê gestor, regido pelos princípios e diretrizes da política nacional de segurança do Poder Judiciário e voltado à execução de medidas, protocolos e rotinas de segurança institucional.

118. O planejamento, a proposição, a coordenação, a supervisão e o controle das ações do SINASPJ cabem ao seu comitê gestor, ressalvada a competência do plenário do CNJ.

119. Processos em que figurem como réus(rés) suspeitos(as) de atos de violência ou ameaça contra autoridades serão instruídos e julgados sem prioridade em todos os tribunais e órgãos de segundo grau, ressalvados os critérios de precedência previstos na Constituição da República e legislação ordinária.

120. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça pode ser aplicado o princípio da insignificância se o indivíduo for pego possuindo pouca munição desacompanhada da arma de fogo.

Discursiva

A inteligência artificial, com sua capacidade de processamento de dados e tomada de decisões autônomas, desponta como uma poderosa ferramenta de transformação em nossa sociedade. No entanto, junto com esse avanço tecnológico, emergem questões complexas e desafiadoras que precisam ser enfrentadas de forma ética e responsável.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

OS DESAFIOS ÉTICOS E MORAIS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SOCIEDADE

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>